



# A equação

## Debate Crise e orçamento José Miguel Pinto dos Santos

**H**á já muitos anos que o Estado português tem tido sistematicamente uma despesa superior à receita.

A despesa tem sido consumida no funcionamento normal do aparelho do Estado e em muitos projectos e empreendimentos meritórios e louváveis que têm ajudado o país a desenvolver-se e a tornar-se economicamente mais forte: estradas e estádios foram expandidos e melhorados, bibliotecas e jardins foram modernizados e requalificados, hospitais foram construídos e equipados, escolas foram remodeladas e informatizadas, apoio foi prestado a órfãos e viúvas, a multinacionais, a multimilionários e a países em desenvolvimento. A receita, por outro lado, foi honestamente trabalhada pela cobrança do IVA e do IRS, do arrecadamento do IRC e do IMI, e ainda pelo recebimento de muitas dezenas de outros impostos, taxas e tarifas que foram votados e aprovados em sede própria, democrática e legitimamente.

Mas, faça-se o que se fizer, ninguém consegue subtrair-se à influência da equação orçamental. A posição natural, de equilíbrio, é quando a despesa é igual à receita. Quando a despesa é igual à receita, os funcionários podem receber sem temor nem receio os seus vencimentos, os reformados as suas pensões e os prestadores de bens e serviços a sua facturação. É o que o Padre António Vieira chamava ser cristão. No entanto, quando a receita supera a despesa, surge um desequilíbrio, que o mesmo pregador apelidava



**Ninguém consegue subtrair-se à influência da equação orçamental**

de prudente. Prudente porque permitiria, através de acumulação de reservas, enfrentar o outro tipo de desequilíbrio quando este, por força de desastre natural ou humano, viesse a ocorrer.

O outro tipo de desequilíbrio surge quando a despesa é superior à receita. Aparece então um *deficit* que tem de ser financiado. Por alguma razão o ilustre pregador chamou a esta situação a de ladrão. Esta situação só é possível se houver quem financie o Estado, adquirindo os seus títulos de dívida. Na gíria da moda chama-se a estes financiadores do Estado “os mercados”. Se, por algum motivo, o Estado não quer ou não consegue financiar o *deficit*, possivelmente porque “os mercados” deixam de emprestar, acontece algo de surpreendente: o *deficit* desaparece e as contas equilibram-se. Por milagre, algumas das despesas que estavam previstas deixam de se poder realizar. Pode ser que os funcionários deixem de receber os seus vencimentos, os reformados as suas pensões, ou os prestadores de bens e serviços a sua facturação, mas por magia as despesas passam a igualar as receitas. Não há dinheiro. Não há dinheiro para despesa acima da receita. Até que apareça a avozinha da *troika* que, já que “os mercados” maus não emprestam, empresta ela. Abençoada avozinha.

Professor da [AESE](#)